

2003 – ARTIGO/PAPER – CONTEXTOS URBANOS E SOCIAIS

TELES GRILO, Maria João (2003) “Contextos Urbanos e Sociais nas Cidades Metropolitanas dos Países Africanos de Expressão Portuguesa”, in O Homem e o Território, edição Sinfic, Lisboa

TELES GRILO, Maria João (2003) "Urban and Social Contexts in the Metropolitan Cities of African Countries of Portuguese Expression", in Man and Territory, Sinfic edition, Lisbon

CONTEXTOS URBANOS E SOCIAIS NAS CIDADES METROPOLITANAS DOS
PAÍSES AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA

Maria João Teles Grilo

Factores culturais e situações de conflito determinam as estratégias e as soluções para a forma das cidades e para a sua expressão arquitectónica nos países ao Sul do Sahara.

Nós profissionais precisamos de encontrar novas estratégias para resolver a inevitável rotura com as tradições técnicas e formais e com a herança colonial. Estes dois sistemas, tradição e herança colonial já não respondem às novas ambições culturais e materiais dos povos da nossa região.

O papel dos urbanistas e arquitectos no terceiro mundo é o de aprofundar a compreensão da características económicas, sociais e culturais da nossa sociedade, a sua dinâmica de transformação, a fim de encontrar as soluções mais adequadas e novas para os graves problemas espaciais que enfrentam hoje o nosso meio físico construído.

Grandes massas de população transferem-se de uma situação pré industrial e tribal para o mundo de valores materiais e da tecnologia da idade da comunicação.

Escolhas erradas de materiais e de tecnologias, planeamento do uso da terra menos atento e projectos mal concebidos para o local ou para o clima têm, nos nossos frágeis eco sistemas impactos negativos e difíceis de contrabalançar dentro das nossas precárias economias e das dificuldades técnicas que temos. A necessidade de uma nova disciplina espacial não é consequência de uma pura especulação intelectual mas consequência directa de um contexto com graves problemas cuja solução passa por pesquisas de alternativas que exigem criatividade e uma coerência intelectual básica: taxas de crescimento populacional enormes, especialmente as da população urbana, associadas ao sub desenvolvimento da infra-estrutura e das estruturas produtivas e sociais, determinam uma necessidade colossal de actividade construtiva.

Os nossos clientes definem-se como grupos sociais extremamente diversificados nos seus níveis económico, social e cultural: uma larga massa de camponeses (mais de ¾ da população) necessita do planeamento de aldeias e de projectos para os seus edifícios sociais e de produção. Uma população urbana em rápido crescimento (a maior parte dela constituída por camponeses urbanos sem emprego e sem possibilidade de o encontrar), necessitando de estruturas sociais e de terra onde possam construir a sua casa e de onde tenham fácil acesso ao trabalho (quando existe). Finalmente um terceiro grupo de cidadãos, oriundos de uma vasta gama de tradições e níveis culturais, com a ambição comum e poderosa de adquirir rapidamente um estilo e condições de vida iguais às dos seus homólogos em qualquer país desenvolvido. Não há fronteiras económicas e sociais bem definidas entre estes três grupos. Todos eles têm um forte laço que os liga no desejo de adquirir, tão depressa quanto possível, os supostos benefícios do desenvolvimento: uma vida mais longa, menos esforço físico para ganhar a vida, acesso à educação e à saúde, mobilidade de informação, a possibilidade de participar no processo político e acima de tudo a possibilidade de adquirir os bens de consumo que para todos se tornaram indispensáveis.

Finalmente um quarto grupo, os deslocados de guerra, cuja única ambição é a de viver um dia mais, de encontrar os filhos ou os pais perdidos, de ter um tecto para viver. Encontram-se por toda a parte. Muitos não voltarão nunca para as suas terras, ficarão nas cidades como cidadãos ocasionais ou transformaram campos de refugiados em povoações permanentes. Outro golpe profundo na tentativa de planeamento racional equilibrado!

Teremos que conceber e dirigir o processo de construção de toda esta diversidade de estruturas dentro da mais estrita disciplina económica e técnica e aos mesmo tempo assegurar a dignidade de imagem dessas estruturas e instituições qualquer que

seja o seu contexto. Temos de encontrar soluções para uma sociedade onde os recursos materiais da população são muito limitados e a cultura técnica tão insipiente. Deparamo-nos permanentemente com a falta de capacidade para os projectos arquitectónicos e técnicos incluindo para desenhar, medir, fazer levantamentos topográficos, para construir ao que acrescentamos o custo exorbitante dos materiais, da ferramenta e dos equipamentos enquanto nos batemos com a falta de transporte e energia. Falta-nos também legislação relevante e adequada e capacidade para fiscalizar e controlar a sua aplicação.

Os nossos edifícios devem ser pensados em função dos materiais disponíveis localmente mas o seu uso não deve contribuir para aumentar os problemas da degradação ambiental.

A resistência dos edifícios ao mau uso e a sua durabilidade e facilidade de reparação e manutenção devem ser parâmetros primordiais de qualidade no comportamento das estruturas.

A nossa cultura urbana não parece ter criado uma imagem clara do seu domínio físico. Os traçados regulares, lineares e monumentais das grandes avenidas e praças não servem de facto qualquer necessidade identificável da grande maioria da nossa população. Mas continuam a ser impostas para condizer com as imagens do poder. Pelo contrário, um uso produtivo da terra urbana, equilibrado e com uma distribuição regular de centros de serviço e de mercados, minimizando transportes e criando emprego, poderia criar um novo e possível ambiente urbano.

Muito se tem dito sobre o sector informal da economia das cidades do terceiro mundo. A sua importância foi reconhecida e aceite como uma contribuição principal para a subsistência de grande número de pessoas.

Em comparação com as grandes cidades da Ásia e da América Latina, os centros das nossas cidades têm pouco significado para a maioria da população. Há sim, pelo contrário um desenvolvimento de uma relação simbiótica com a envolvente agrícola periférica e uma crescente agricultura peri urbana de subsistência e de mercado.

Nas nossas economias negativas e taxas de crescimento demográfico explosivo é vital encontrar alternativas às estratégias clássicas de desenvolvimento. A população das nossas cidades começa a encontrá-las por si própria e é nossa responsabilidade como urbanistas e arquitectos compreendê-las e ajudá-las a resolver melhor os seus problemas espaciais. As nossas cidades deveriam provavelmente ser estruturas de acordo com esta tendência a parecerem-se mais com agregados de comunidades agrárias com uma hierarquia bem definida de serviços e um máximo de auto suficiência de emprego. Isto libertaria os transportes para o centro da cidade e criaria grandes reservas de tempo e capacidade para actividades produtivas e culturais. E nesta perspectiva a habitação é um conceito que deve incluir as actividades produtivas e os necessários espaços para tal.

Temos que ter a coragem de aceitar e compreender as novas ordens sociais e projectar as formas construídas para um nível superior ao tribal e diferente do colonial. É necessário aprender a organizar o espaço segundo este conceito, perceber os mecanismos especulativos e prever a dinâmica dos fenómenos sociais e culturais que vai estimular. Mas para que isso aconteça é necessário que seja também aceite pelos poderes políticos e pelos órgãos de decisão.

As famílias agora precisam de luz depois do escurecer, mais água, melhores condições sanitárias... Não podemos construir uma sala de operações com paredes de terra e chão de terra amassada com bosta de vaca. Não podemos construir uma biblioteca com folhas de palmeira, um escritório sem computadores, um

laboratório sem equipamento clínico sofisticado. A sociedade também precisa de identificar os lugares do poder e da administração pública com estruturas permanentes. Precisamos, como em todas as cidades do mundo das nossas catedrais, das nossas praças e dos nossos centros culturais; cuidar da cidade central da administração, dos portos e dos aeroportos, respondendo às necessidades de todas as camadas sociais da população. As sociedades tradicionais da nossa região não tiveram que responder a esta escala de problemas e não tinham que competir com standards internacionais.

Assim, como diz José Forjaz "encontramo-nos entre a tecnologia e o folclore, entre o adobe e o aço inox, entre camponeses urbanos e ambiciosos executivos, entre habitação económica e monumentos, entre o vernáculo, o colonial e o tecnocrático".